

ENTREVISTA/Ghilleen Prance

Danos à Amazônia podem ser irreversíveis

MILTON COELHO DA GRAÇA
Correspondente

LONDRES — Os dois mais importantes jardins botânicos do mundo são o de Londres, na Inglaterra, e o de Nova York, nos Estados Unidos. Ghilleen Prance, aos 51 anos, tem a singular distinção de ser o atual Diretor do Real Jardim Botânico (mais conhecido como Kew Gardens) e ex-Diretor do Jardim Botânico de Nova York.

Com a autoridade desses dois cargos, oito livros, mais de 200 trabalhos publicados, um doutorado em florestas pela Universi-

dade de Oxford e a experiência de ter sido um dos mais ativos pesquisadores da Amazônia nos últimos 25 anos, ele afirma que o Brasil e o mundo estão numa crônica corrida contra o tempo: ou se tomam medidas imediatas contra a destruição da floresta amazônica ou os danos ecológicos poderão se tornar irreversíveis.

Numa das dezenas de viagens à Amazônia, Prance ficou dois anos e meio organizando um curso de pós-graduação em Manaus, que existe até hoje. Nessas expedições, ele recolheu 30 mil espécies de

plantas, inclusive 300 novas, das quais 50 receberam o seu nome.

Prance é um cientista que reconhece todos os dados da questão. Sua proposta não é fazer da Amazônia uma reserva biológica intocável, que obrigue os brasileiros a abrir mão de sua grande riqueza natural para que o resto do Mundo usufrua um clima melhor ou respire mais oxigênio. Ele procura demonstrar que a destruição das árvores é também insensata do ponto de vista econômico, porque é mais rentável aproveitar racionalmente a mata do que arrasá-la e substituí-la por pastos.

O cientista é muito crítico em relação a administradores e políticos da região amazônica, que, em sua opinião, preocupam-se apenas em atrair o maior volume de incentivos e financiamentos, sem levar em conta as consequências de cada projeto a médio e longo prazo. Mas ele culpa também, e principalmente, as autoridades federais que promoveram os incentivos fiscais para a criação de gado na Amazônia a partir da década de 70, e os bancos de desenvolvimento, inclusive o Banco Mundial, por apoiarem essa política com facilidades de financiamento.

O GLOBO — Dos contatos que manteve durante todos esses 25 anos, qual é a sua avaliação do nível das pesquisas sobre a Amazônia?

Prance — Considero excelentes várias instituições, entre as quais destaco o Museu Emilio Goeldi, em Belém, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Centro Nacional de Recursos Genéticos, em Brasília. O problema comum de todos eles é a carência de recursos adequados.

O GLOBO — Chegou a conhecer Francisco Mendes, que tinha opinião igual a sua sobre o uso racional da floresta?

Prance — Sim, conheci e considero o assassinato de Chico Mendes uma grande perda para a Amazônia e para a causa da defesa do meio ambiente. Ele era um exemplo de ecólogo brasileiro que via a mata como fonte de vida e não como simples reserva biológica. Minha esperança é de que o seu sacrifício acabe ajudando a causa de defesa da Amazônia.

O GLOBO — Como se explica que empresários competentes e as autoridades brasileiras não tenham percebido a importância econômica de explorar racionalmente a floresta?

Prance — A pecuária só se tornou um bom negócio graças aos incentivos fiscais, o baixo custo da terra e a facilidade de financiamento bancário. Viajando pela Transamazônica a gente pode ver muitas áreas abandonadas. A criação de gado não funcionou. Só deu resultados por causa da política de incentivos fiscais. Depois de alguns anos de pasto, o solo fica compactado e não serve para nada. No Acre já ficou demonstrado que um hectare de floresta, combinando algumas culturas com a extração da madeira, borracha, castanha, sova (resina usada no fabrico de chiclete) e plantas medicinais, é mais rentável do que um hectare de pastagem. Temos muita coisa a aprender com os índios, especialmente os caipós e os bora, que têm sistemas agroflorestais muito eficientes, com-

binando diversas culturas e derrubando árvores apenas a cada 30 anos.

O GLOBO — O senhor sabe que o Governo anunciou o fim dessa política?

Prance — Fiquei muito alegre quando o Presidente Sarney disse, em outubro passado, que vai mudar a orientação dos incentivos. Se eles passarem a favorecer os sistemas agroflorestais e o Governo aumentar as verbas para a pesquisa, a tendência atual será revertida e novos caminhos se abrirão para a Amazônia.

O GLOBO — Com tantas organizações no mundo interessadas pelos problemas amazônicos, por que elas não ajudam financeiramente os pesquisadores brasileiros e enviam mais cientistas ao Brasil?

Prance — Realmente deveria haver maior apoio externo aos pesquisadores brasileiros. Creio que só o World Wildlife Fund (WWF), aqui da Grã-Bretanha, e o Nature Conservancy, dos Estados Unidos, enviam recursos. Quase todas as outras organizações limitam-se aos protestos. Quanto ao apoio com pessoal, há muitos entraves burocráticos. Não é fácil conseguir uma licença para fazer uma pesquisa na Amazônia.

O GLOBO — A seu ver, qual deveria ser a prioridade número um de uma nova política na Amazônia?

Prance — Em primeiro lugar, seria preciso recriar a mata e salvar as espécies ameaçadas. Dou como exemplo o jequitibá, que quase não existe mais. O Brasil já sofreu a tragédia da destruição de 97 por cento da Mata Atlântica e de um número incalculável de espécies.

O GLOBO — A insistência dos botânicos em preservar cada espécie não é, pelo menos em alguns casos, uma simples obsessão intelectual, destituída de valor prático para o resto da Humanidade?



“O Brasil já sofreu a destruição de 97% da Mata Atlântica. Agora é preciso reverter a devastação na Amazônia e salvar as espécies ameaçadas”

Prance — Sabemos ainda relativamente pouco sobre a utilidade das plantas. Na Amazônia, existem muitas espécies de reconhecido valor medicinal. O curare, que os índios usam como veneno, é aproveitado como relaxante muscular. O quinino é utilizado no tratamento da malá-

ria; e das folhas do jaborandi, encontrado especialmente no Maranhão, se obtém a pilocarpina, empregada contra o glaucoma. Aqui mesmo em Kew Gardens, estamos pesquisando uma espécie da Austrália que já deu resultados no tratamento da Aids. Metade dos remédios receitados por

médicos britânicos e americanos são originários de plantas. Qualquer espécie pode ter um grande valor, que ainda não foi identificado, mas poderá ser no futuro.

O GLOBO — Nessa área a pesquisa brasileira é importante?

Prance — Sim, tanto na Amazônia como no Sul do País. Cito como exemplo Eliane Elizabetski, que pesquisa o uso medicinal de plantas no Museu Goeldi. Os grandes laboratórios também têm muito interesse nessa área, mas encontram muita dificuldade para pesquisar no Brasil. Acho que o País deve ter controles para assegurar que os benefícios da pesquisa não sejam apenas para os acionistas dos laboratórios. Mas esses controles não devem ser tão rígidos que terminem impedindo a participação estrangeira. As chamadas “rain forests” (florestas que recebem chuva o ano inteiro que existem na Amazônia, Ásia, África e no Noroeste dos Estados Unidos), têm um número muito maior de espécies do que as florestas europeias. Pesquisando há alguns anos uma área próxima a Manaus, encontrei, em um hectare, 176 espécies de árvores com troncos de pelo menos 15 centímetros de diâmetro. Num hectare de floresta na Grã-Bretanha nunca se encontram mais de cinco espécies. Exatamente por causa dessa riqueza, as consequências do desmatamento são muito mais sérias e a recuperação das espécies muito mais difícil.

O GLOBO — Com a declaração do Presidente Sarney, agora está mais tranquilo sobre o futuro da Amazônia?

Prance — O Presidente Sarney criou seis grupos que vão preparar diferentes relatórios e vejo essa iniciativa com alegria. Mas a situação é muito grave. Acho que o Brasil dispõe de dados e de pessoas qualificadas suficientes para formular uma nova política para a Amazônia, sem precisar esperar esses relatórios. Não podemos perder tempo. Mesmo que os dados não sejam completos, já podem ser aproveitados. O importante é agir com rapidez.

O GLOBO — Seriam necessárias novas instituições?

Prance — Acho que não. As verbas deveriam ser canalizadas para o Museu Goeldi, o Inpa e outras instituições regionais que têm uma boa base de trabalho. Mas acho que o Brasil precisaria de um novo órgão para coordenar o trabalho de preservação da Amazônia, porque a Sudam e a Suframa sempre funcionaram em outro sentido.

O GLOBO — Não há uma certa hipocrisia nos países ricos quando pedem a defesa da Amazônia, enquanto eles mesmos continuam a depredar o meio ambiente?

Prance — Sem dúvida, não há sentido em falarmos de Amazônia sem cuidarmos também dos problemas daqui. Estamos todos no mesmo barco, os problemas ecológicos atingem a todos e a preocupação tem de ser universal. Os países ricos não podem continuar a consumir recursos não-renováveis no ritmo atual. A conservação de energia e a reciclagem de recursos devem ser tarefas comuns, tanto aqui como no Brasil.

O GLOBO — O que pode fazer o cidadão comum? Há alguma utilidade nos protestos?

Prance — Os protestos são necessários, sem eles nada mudará. Cada organização ecológica tem uma missão diferente. O World Wildlife Fund, por exemplo, dedica-se à pesquisa e protege as áreas naturais, enquanto o Friends of the Earth organiza protestos. E cada cidadão precisa refletir sobre nosso estilo de vida. Sinto-me especialmente responsável como cientista, mas também como cidadão. Por isso, uso um carro pequeno para consumir menos combustível e, em vez de jogar fora os jornais velhos, levo-os para um centro que se encarrega de encaminhá-los para reciclagem. Há muitas coisas que cada um de nós pode fazer. É preciso levar essa mensagem a todos os níveis da população, especialmente a classe média, onde ainda há muita gente que não foi convencida da importância de consumir menos energia e pensar no mundo do futuro.